

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

GABRYELLE DA SILVA OLIVEIRA
JOYCIANE DA SILVA SOUZA

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DA POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

MACEIÓ-AL
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

GABRYELLE DA SILVA OLIVEIRA
JOYCIANE DA SILVA SOUZA

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DA POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

TCC apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas como requisito obrigatório para conclusão da graduação em psicologia. Sob orientação da prof.a Dr.a Heliane de Almeida Lins Leitão.

MACEIÓ-AL
2022

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DA POLICIAL MILITAR DE ALAGOAS

Gabryelle da Silva Oliveira¹

Joyciane da Silva Souza²

RESUMO

O ambiente da polícia militar de Alagoas é fundamentado em dois pilares que são a hierarquia e a disciplina, caracterizando as relações de trabalho institucionais. A natureza de risco dessa profissão reflete em uma vulnerabilidade profissional que é expressa com alta incidência de sofrimento psíquico. Outro aspecto relevante desta instituição são as problemáticas relativas ao gênero feminino, tais como estereótipos de gênero que repercutem nas vivências profissionais das mulheres policiais. Essa pesquisa objetiva verificar como o tema da saúde mental tem sido considerado no ambiente institucional da PMAL. Para isso, foi realizada uma análise qualitativa de produções acadêmicas feitas por policiais militares que passaram pelo Curso de Formação de Oficiais - CFO que tem como objetivo formar comandantes. Essas produções são dados que possibilitam pensar a caracterização do ambiente policial a partir dos/as próprios/as policiais que vivenciam essa realidade. Foram consideradas para a investigação as produções acadêmicas dos últimos sete anos, focalizando em temas relacionados à produção de sofrimento psíquico e, também, o atravessamento de gênero presente nessa organização. Para análise de dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin. A perspectiva teórica adotada para interpretação dos dados foi a teoria do desenvolvimento de Donald Winnicott que focaliza a indissociabilidade entre indivíduo e ambiente. A partir da análise dos dados foram elencados quatro temas que emergiram do material consultado, os quais expressam que as características da profissão concorrem para alta prevalência de sofrimento psíquico entre seus/suas agentes: (1) características da profissão e fatores de adoecimento; (2) questões de gênero; (3) silenciamento dos indivíduos e sofrimento psíquico; (4) estigma e prevenção. As questões de gênero foram pouco abordadas nas produções analisadas. Destaca-se o caráter hierárquico da instituição que resulta em processos de submissão e silenciamento dos/as profissionais. Com frequência se demonstra a necessidade de prevenção em relação a saúde mental, contudo, a busca por ajuda e cuidado dentro da instituição ainda é permeada por estigmas e preconceitos, dificultando o acesso à assistência em saúde mental. Nesse sentido, os resultados revelam que o tema da saúde mental é negligenciado dentro desta organização profissional. Diante desse contexto, o cuidado especializado e interpessoal deve ser considerado como essencial, promovendo a construção de espaços de cuidado, prevenção e sustentação dos sofrimentos apresentados.

Palavras - chave: Ambiente. Gênero. Polícia. Saúde mental. Sofrimento Psíquico.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

ABSTRACT

The military police environment in Alagoas is based on two pillars, hierarchy and discipline, which characterize institutional work relations. The risky nature of this profession reflects a professional vulnerability that is expressed with a high incidence of psychological distress. Another relevant aspect of this institution are the issues related to the female gender, such as gender stereotypes that have an impact on the professional experiences of female police officers. This research aims to verify how the issue of mental health has been considered in the institutional environment of PMAL. For this, a qualitative analysis of academic productions made by military police officers who went through the Officer Training Course – CFO (which aims to train commanders) was carried out. These productions are data that make it possible to think about the characterization of the police environment based on the police officers themselves who experience this reality. The academic productions of the last seven years were considered for the investigation, focusing on themes related to the production of psychic suffering and, also, the gender perspective present in this organization. For data analysis, Bardin's Content Analysis was used. The theoretical perspective adopted for data interpretation was Donald Winnicott's theory of development, which focuses on the inseparability between individual and environment. From the analysis of the data, four themes that emerged from the consulted material were listed, which express that the characteristics of the profession contribute to a high prevalence of psychic suffering among its agents: (1) characteristics of the profession and factors of illness; (2) gender issues; (3) silencing of individuals and psychic suffering; (4) stigma and prevention. Gender issues were rarely addressed in the analyzed productions. The hierarchical character of the institution stands out, which results in processes of submission and silencing of professionals. The need for prevention regarding mental health is often demonstrated, however, the search for help and care within the institution is still permeated by stigmas and prejudices, making access to mental health care difficult. Thereby, the results reveal that the issue of mental health is neglected within this professional organization. Given this context, specialized and interpersonal care should be considered essential, promoting the construction of spaces of care, prevention and support of the suffering presented.

keywords: Environment. Police. Gender. Mental health. Psychic Suffering.

INTRODUÇÃO

O ambiente policial militar tem seu fundamento de organização baseado em dois pilares: a hierarquia e a disciplina (SILVA; VIEIRA, 2008), assim, ficam delimitadas funções, graduações e postos a serem ocupados pelos agentes de segurança pública, a fim de que haja harmonia entre seus pares, respeito, integridade física, qualidade de trabalho e espírito de camaradagem. Toda dinâmica de relação de trabalho, atividades e delegações é subsidiada por um estatuto (ESTATUTO, 1992), que estabelece direitos e deveres, e um regulamento disciplinar (RDPMAL, 1996), para o estabelecimento de normas e condutas.

A Polícia Militar do Estado de Alagoas (PMAL) é formada por homens e mulheres, constando um total de 7011 (1138 mulheres e 5873 homens) militares na atividade³, que ao mesmo tempo que ocupam a posição de cidadão/ã, estão em atuação profissional no sentido de prestar serviço ao estado, com a missão de realizar um policiamento ostensivo a fim de fornecer segurança social. Nessa perspectiva, Alves (2020), aponta que a intensificação da violência é o que acarreta no policial militar uma sobrecarga física e emocional, bem como as pressões da sociedade por um policiamento eficiente. Spode e Merlo (2004, p. 352) discorrem que:

O trabalho policial ocupa, portanto, um território de controvérsias, no qual se engendra uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de reproduzi-la e/ou de ser vítima dela.

De acordo com a reflexão acima em torno do trabalho policial, considera-se que se trata de uma classe profissional extremamente vulnerável. Com fatores que geram sofrimento psíquico, mediante o fato de que o desempenho de sua atividade implica em uma rotina, na qual a apreensão e os riscos estão sempre presentes nas situações cotidianas, tanto durante o serviço quanto durante a folga, nesse sentido, o conjunto desses fatores podem acarretar implicações na saúde mental gerando sofrimento psíquico (SILVA; VIEIRA, 2008).

Como já mencionado, os dois pilares de sustentação da Polícia são a disciplina e a hierarquia. O que deixa essa instituição em uma complexidade e feixes de interesse que atuam como resistência à mudança. Além disso, a precarização do trabalho policial expressa pelas representações negativas dos policiais na sociedade, a baixa remuneração e más condições de trabalho acabam por reverberar na saúde psíquica do profissional. Tais efeitos podem ser visto nos altos índices de dependência química (alcoolismo) (BRANDÃO, 2019), estresse constante e grande número de depressão e suicídio entre PMs (NETO, 2018; SOARES, 2015). Nesse contexto, de pressões organizacionais e da sociedade, o afastamento do serviço e o acometimento de crises mentais dos PMs chama atenção (BRANDÃO, 2019, p. 22):

[...] Os transtornos mentais ocupam a segunda causa de afastamento por incapacidade temporária, [...]. As patologias mentais mais comuns foram ansiedade generalizada, transtornos de pânico e reação aguda ao stress, demonstrando a necessidade da prevenção quanto ao adoecimento. quanto à prevalência por faixa etária, observa-se

³ Dados obtidos no site da Polícia Militar de Alagoas. Endereço: [https:// www.central.pm.br](https://www.central.pm.br) . Acesso em 10 nov 2022.

maior frequência entre 41 a 50 anos, o que demonstrou que a idade tem influência com o surgimento das patologias mentais e que cuidados maiores relacionados à prevenção devem ser focados nessa faixa. Em relação ao posto e graduação, predomina a incidência do adoecimento psíquico entre as praças (cabos, soldados e sargentos), mas como a maioria dos policiais são praças, não se tem certeza se é a patente que influencia no adoecimento, apesar de serem os que passam pelas mais arriscadas situações. Quanto ao tempo de serviço, prevaleceu a faixa entre 26 e 30 anos, o que indica que o tempo de permanência na instituição pode levar ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Outro atravessamento que tem destaque nesta classe profissional é a questão de gênero. Historicamente a inserção das mulheres na polícia militar esteve atrelada a uma intenção da instituição em humanizar a imagem da corporação que se encontrava deteriorada pelos abusos cometidos durante a ditadura militar. Assim, no período da redemocratização, ocorreu uma integração feminina na polícia militar nos anos de 1980 (BEZERRA; MINAYO, CONSTANTINO, 2013; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; RIBEIRO, 2018; SOUZA, 2020). Contudo, essa inserção feminina encontrou e encontra diversos desafios, pois nunca houve na instituição policial uma modificação organizacional para adequação de gênero, sendo sua estrutura marcada pela violência, hierarquia e machismo (BEZERRA; MINAYO, CONSTANTINO, 2013; RIBEIRO, 2018; SOUZA, 2020).

Atualmente, os desafios para completa integração de mulheres nas polícias militares ainda são muitos, a começar pela entrada desse público na instituição, pois, legalmente, na maioria dos estados brasileiros, a participação de mulheres em concursos para entrada na PM se restringe a 10% (CALAZANS, 2004; RIBEIRO, 2018), demonstrando que nem o acesso a instituição é igualitário. Além dos obstáculos relativos a entrada na instituição, após a inserção das mulheres na PM novos desafios se apresentam, tais como visões machistas que colocam as PMs em lugares subalternos e/ou em funções que para maioria dos policiais dizem respeito a papéis femininos, como atividades internas, administrativas e de saúde (BEZERRA; MINAYO, CONSTANTINO, 2013; CALAZANS, 2004; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; RIBEIRO, 2018). Com isso, apenas 34,3% das mulheres são alocadas em atividades ostensivas, isto é, na rua, em oposição a 56% dos homens (RIBEIRO, 2018), em Bezerra, Minayo e Constantino (2013) esse dado é ainda menor, onde apenas 19% de mulheres do efetivo participam do trabalho operacional/ostensivo.

Ainda na pesquisa de Bezerra, Minayo e Constantino (2013) é analisado o estresse presente em mulheres policiais militares do Rio de Janeiro, os resultados mostram que o estresse apresentado pelas polícias têm origem no trabalho. Como fatores de estresse as policiais pontuam grande demanda de trabalho, problemas com hierarquia, preconceito, discriminação de gênero,

assédio sexual, falta de estrutura adequada para o trabalho e medo com relação a sua segurança e a de sua família. O preconceito e discriminação de gênero sofrido pelas policiais se apresenta pelo assédio sexual e quando elas se sentem avaliadas pelo sexo e não pela patente que possuem. Além disso, os colegas de trabalho desconfiam de sua capacidade, por isso, quando são chamadas a atuar de forma ostensiva, se sentem desafiadas e testadas a conquistar espaço e provar sua capacidade.

Diante do supracitado, fica evidente um mal estar presente no ambiente policial que se encontra permeado com questões que afetam direta e indiretamente a saúde de seus membros, além de problemáticas relativas ao gênero que repercutem nas vivências profissionais das mulheres policiais.

Outro aspecto importante pontuado por outros trabalhos é a insuficiência de estudos sobre o tema polícia militar e saúde mental, e polícia militar e gênero (CALAZANS, 2004; JESUS; JESUS, 2012; OLIVEIRA, 2010; PELEGRINE et al, 2018, PEREIRA et al, 2020, OLIVEIRA, 2010, LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; RIBEIRO, 2018; SCHAETAE, 2015; TAVARES et al., 2021).

E considerando as evidências de sofrimento psíquico no contexto da polícia militar, essa pesquisa justifica-se por sua relevância social e acadêmica em possibilitar uma análise desse contexto organizacional de modo a considerar o ambiente de trabalho como agente ativo no processo de saúde ou adoecimento de seus componentes, além de contribuir com as discussões ainda escassas sobre o tema aqui destacado, pretendendo propostas que visam avançar nas problemáticas existentes no atual contexto.

Nesse sentido, este estudo objetiva de forma geral, verificar como o tema da saúde mental tem sido considerado no ambiente da polícia militar do estado de Alagoas. Para isso, intencionou-se, especificamente, realizar um levantamento sobre os fatores que concorrem para o sofrimento psíquico neste ambiente, investigar como a saúde mental é visualizada e abordada e explorar as questões de gênero nas produções acadêmicas institucionais.

AMBIENTE E SAÚDE EMOCIONAL NA PERSPECTIVA DE WINNICOTT

A perspectiva teórica adotada neste trabalho e que contribuirá para a discussão é a teoria do desenvolvimento emocional de Donald Winnicott, o psicanalista construiu uma teoria sobre

o ambiente e seu papel no desenvolvimento emocional do indivíduo, considerando a importância que o ambiente tem na constituição subjetiva. O conceito winnicottiano de ambiente, de forma breve, se refere a um espaço, lugar ou veículo favorecedor de condições físicas e psicológicas nas quais vive o indivíduo. Essas condições podem ser favoráveis ou desfavoráveis a depender da sua suficiência ou insuficiência. Assim, considera-se um ambiente *suficientemente bom* aquele que propicia condições físicas e psicológicas adequadas às necessidades do indivíduo; já o *ambiente não suficientemente bom* diz respeito às condições insuficientes às necessidades do indivíduo (ARAÚJO, 2017).

Nesse sentido, um meio ambiente perfeito seria aquele que fornece condições 100% satisfatórias às necessidades do indivíduo, sendo essa referência a uma perfeição humana e não de uma máquina, ou seja, que pode suceder a falhas. Isso também está relacionado à fase de dependência absoluta do desenvolvimento, em que mãe e bebê, se encontram de forma fusionada, formando a unidade ambiente-indivíduo. As condições físicas e psicológicas que provêm desse relacionamento inicial mãe-bebê, fornecem as bases para o amadurecimento emocional, ou seja, o desenvolvimento ocorre de acordo com essas condições oferecidas pelo ambiente inicial que podem ser satisfatórias ou insatisfatórias (ARAÚJO, 2007).

Para além desse ambiente inicial materno, considerando o conceito de ambiente de forma mais ampla, também deve haver toda uma estrutura social que forneça suporte para o desenvolvimento do indivíduo (ARAÚJO, 2007). Nesse sentido, partindo da visão winnicottiana de indissociabilidade entre indivíduo e ambiente (ARAÚJO, 2007; WINNICOTT, 1975;), intencionou-se investigar os efeitos subjetivos dessa inter-relação entre indivíduo e ambiente. No caso deste estudo, o contexto organizacional da PMAL foi considerado como um ambiente e o indivíduo o/a policial militar. Assim, trata-se aqui, especificamente, de dois principais pontos, que são os indivíduos que compõem essa organização e o ambiente institucional que os acolhe.

METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos aos quais essa pesquisa se propõe, utilizou-se um enfoque qualitativo, pois este possui relação mais harmônica com os objetivos e estratégias deste estudo. Tendo em vista que a pesquisa qualitativa objetiva responder a questões particulares que precisam ser trabalhadas a partir de um universo de

significações e que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001). Como destaca Gil (2008), há um vínculo indissociável entre o mundo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números.

O material que serviu de base para nossa análise, foram monografias e artigos de conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO), requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Segurança Pública. A polícia Militar de Alagoas dispõe em sua organização de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento CPD/EMG, em que no art. 116, p. 40, na Lei 6.399/2003, especifica que este centro “é o órgão responsável pelo assessoramento nas áreas relacionadas pela pesquisa e produção científica, assim como estatística, avaliação e controle de qualidade das atividades institucionais”.

Nesse sentido, tendo em vista que o CFO tem por objetivo formar comandantes, agentes que ocuparão postos de comando, de acordo com a organização hierárquica da PMAL, com a perspectiva de alcançar o último escalão, e que estarão ao longo de sua atividade policial à frente de Organizações Policiais Militares - OPMs, os seus trabalhos de conclusão de curso apresentam-se como relevantes para os objetivos deste estudo, já que são produções de profissionais que “ditarão as regras” no ambiente da PM, logo, suas perspectivas sobre seu ambiente de trabalho, como melhorias e/ou críticas, podem comunicar aspectos sobre a dinâmica desse ambiente bem como fatores que concorrem para o sofrimento.

Assim, a escolha destes materiais se justifica diante dos objetivos da pesquisa, em focalizar como o tema da saúde mental é considerado na PMAL, explorando os fatores que concorrem para o adoecimento subjetivo do profissional e também do atravessamento de gênero presente nessa organização, por ser um ambiente marcadamente masculino.

Inicialmente, o levantamento de material ocorreu no site institucional da PMAL, que contém informativos públicos e outras documentações mais específicas da corporação, e para o acesso às produções acadêmicas dos/as profissionais, foi solicitado o acesso por uma das pesquisadoras, ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Estado de Alagoas, sendo realizada a abertura de processo de requerimento (E:01206.0000030262/2021), junto a instituição da PMAL, para autorização do uso desses materiais para pesquisa. Através da central de acesso da PMAL, foram contabilizadas um resultado de 133 monografias e 21 artigos, em seguida foi realizada nova solicitação de materiais bibliográficos, a fim de se

obter um maior número produções, com isso, foi liberado o acesso a biblioteca da Academia da PMAL, onde foram disponibilizados um número de 357 produções entre artigos e monografias, assim, foram contabilizados um total de 511 materiais bibliográficos.

Após o levantamento desse material, a coleta de dados foi iniciada com a utilização de critérios que delimitaram o montante dos dados, orientando a seleção do material de acordo com os objetivos (LIMA; MIOTO, 2007). Nesse sentido, os critérios de inclusão escolhidos foram trabalhos relacionados ou que tivessem como foco o tema saúde mental e/ou gênero, e que fossem dos últimos 7 anos por conter dados mais recentes.

Nesse decurso, foi realizada a leitura dos títulos e a partir desses critérios de inclusão foram selecionados um montante de 30 trabalhos. Posteriormente foi realizada a leitura dos resumos das 30 produções, em que foram excluídos 13 trabalhos por não possuir relação direta com as temáticas pesquisadas, sendo selecionados um total de 17 trabalhos que foram analisados e discutidos nesta pesquisa.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). De acordo com a autora, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos que operam em diversificados conteúdos de discursos, em contínuo aperfeiçoamento. E ao focar-se na comunicação da mensagem, procura compreender os significados ocultos por trás das palavras.

Nesse sentido, a partir da leitura flutuante foi produzida unidades de análise temáticas com elementos implícitos e/ou explícitos dos dados (CAMPOS, 2004) em que se deu uma categorização do material, por meio da agregação e classificação de temas e dados semelhantes e a partir dessa organização foram feitas inferências e a interpretação dos dados. Nesse momento final, houve a articulação desses dados com o referencial teórico escolhido buscando compreender o que os trabalhos queriam comunicar sobre o ambiente e os indivíduos que dele fazem parte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados foram elencados quatro temas que emergiram do material consultado, os quais serão apresentados e discutidos a seguir: Características da profissão e

fatores de adoecimento; Questões de gênero; Silenciamento dos indivíduos e sofrimento psíquico; Estigma e prevenção.

CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO E FATORES DE ADOECIMENTO

No ambiente da PMAL, percebe-se que há presença de sofrimento psíquico, os fatores de adoecimento são apresentados de modo bastante frequente nas produções acadêmicas analisadas, visto que esse tema foi encontrado em um total de 17 trabalhos. Contudo, o tema da saúde mental é pouco considerado, sendo tratado de forma negligente, sem o devido cuidado e atenção. A percepção ainda está muito pautada numa rigidez e tradicionalismo, que é reforçada por uma imagem idealizada do policial "super-herói", que tudo suporta (GOMES, 2015; SILVA, 2016; BRANDÃO, 2019).

As circunstâncias apontadas como concorrentes para o sofrimento psíquico trazem vários processos que estão interligados a características peculiares da profissão militar, que além de ser considerada uma atividade estressante em sua essência (VIEIRA, 2017; FREITAS, 2015; SILVA, 2016; ALVES, 2020), trata-se de uma das classes profissionais mais propensas a tentar suicídio em virtude da posse de meios letais como arma de fogo (NETO, 2018; SOARES, 2015). A realização deste serviço implica risco constante à vida dos profissionais diante do aumento da criminalidade (OLIVEIRA, 2019), e há uma necessidade de resposta positiva, quanto a prestação de um trabalho eficaz, e que dê segurança à população atendendo os preceitos do Estado, colocando-os em um estado de alerta permanente (CARVALHO, 2018; FREITAS, 2015; SILVA, 2016).

Assim, constata-se que o funcionamento organizacional e a natureza de risco da profissão policial favorecem o sofrimento psíquico. Em que esses profissionais se encontram em um estado de tensão constante, pois até mesmo em seus momentos de folga estão sob risco de sofrer algum ataque ou serem acionados para alguma ocorrência, demonstrando a imprevisibilidade e a pouca confiança que o ambiente de trabalho impõe.

O ambiente, desse modo, não apresenta previsibilidade e constância para que os profissionais se sintam seguros e confiantes. Para Winnicott, o espaço potencial construído entre mãe e bebê, e posteriormente, entre indivíduo e sociedade, precisa da experiência que conduz à confiança. É por meio da relação inicial mãe-bebê, que o indivíduo pode construir para si um

lugar de existência potencial, onde ele pode vir a ser, caso tenha as suas necessidades básicas atendidas por um ambiente favorável. A atitude que se espera do ambiente é que ele forneça um *holding*, esse conceito diz respeito a uma atitude de sustentação e acolhimento, que apazigua e ampara as necessidades e angústias do indivíduo (VILHENA et al., 2013). Enfatizando o problema da ausência de previsibilidade, Vilhena et al. (2013) aponta:

Outro aspecto da experiência que conduz à confiança é a previsibilidade. Com base em um estudo desenvolvido, no contexto da Segunda Guerra Mundial, com crianças evacuadas em Londres, Winnicott notou que o mais dramático para o psiquismo infantil foi o esfacelamento radical da previsibilidade que fundamentava a experiência cotidiana. Antes desse estudo, ele já observara que os esforços de certas crianças eram orientados para a recuperação de uma relação de confiabilidade no ambiente. A partir do estudo, ele conclui que o verdadeiro desenvolvimento só pode advir quando se confia no ambiente, se acredita na permanência e estabilidade do entorno (p.316).

Nesse sentido, o ambiente para ser digno de confiança precisa ser contínuo e previsível, não provocando reações prematuras a ele, as quais podem romper com a continuidade da experiência da pessoa (WINNICOTT, 1975). O que não ocorre com o ambiente de trabalho policial, pois, como já mencionado, esses profissionais estão sempre em estado de alerta, até mesmo em seus momentos de descanso, em virtude da natureza de risco inerente à profissão.

Outros apontamentos surgem nas discussões em torno do sofrimento laboral, que é a carga de trabalho, precarização do ambiente representado pela falta de recursos, implicando equipamentos inadequados e/ou insuficientes; baixa remuneração (SILVA, 2016; VITORINO, 2015); perpetuação de uma imagem de super herói e forte hierarquia (GOMES, 2015; SILVA, 2016; BRANDÃO, 2019).

Assim, a falta de recursos e a baixa remuneração implica precarização do trabalho, em que esses profissionais são submetidos a trabalhar com equipamentos insuficientes e/ou inadequados e com uma infraestrutura laboral que não comporta espaços de cuidado ou de descarga de estresse (SILVA, 2016; VITORINO, 2015; SANTANA, 2018). Tais aspectos produzem condições adversas e mostram uma qualidade de ambiente desfavorável que não atende às necessidades desses profissionais e que os priva de cuidado e amparo para sua saúde e realização de sua atividade profissional.

Pode-se pensar que toda essa privação tem relação com a insuficiência de recursos necessários para o bom funcionamento da instituição policial. Se questiona o papel do ambiente macrosocial (Estado), que deveria prover os recursos necessários para o trabalho desses profissionais. Para Winnicott, um ambiente macrosocial que falha em atender às necessidades do

indivíduo torna-se produtor de condições adversas que repercutem no desenvolvimento emocional, pois essa estrutura macro também afeta os processos subjetivos (LEITÃO, 2015). A depender das condições ambientais, se são potencializadoras ou falhas, podem favorecer a saúde por meio do viver criativo, ou inibir a criatividade, produzindo adoecimento.

QUESTÕES DE GÊNERO

Para além dos fatores de adoecimentos citados, que englobam uma preocupação com a saúde mental em comum de toda classe dentro da PMAL, há um fator de mal-estar que atinge um número menor de profissionais por serem do gênero feminino e se apresentarem sempre em menor número no efetivo (SILVA, 2015). Nesse sentido, a discussão sobre a temática de gênero pode comunicar várias características desse ambiente profissional, inclusive quando esta questão não é considerada (ALVES, 2020; SILVA, 2015).

Foi verificado que apenas três artigos fazem menção à temática (SILVA, 2015; ALVES, 2020; SANTANA, 2018), somente um deles realizou uma discussão de forma específica sobre o fator gênero, logo, percebe-se o quanto a temática de gênero na PMAL é invisibilizada. E apesar da pouca menção ao tema nas publicações, pode-se considerar pelas informações comunicadas nestas, que para além das condições de sofrimento psíquico as quais, de forma geral, a classe policial está vulnerável a ser vítima, as mulheres são acometidas por questões relativas à desigualdade de gênero na PMAL, como demonstra a discussão a seguir:

Em Silva (2015) esses fatores de adoecimento são trazidos de forma incisiva, possibilitando uma reflexão a partir de várias vertentes, sendo a desigualdade de gênero algo existente dentro da PMAL, e essas características são percebidas mediante situações em que os esforços das policiais femininas não são reconhecidos tanto quanto dos homens; quando essas profissionais percebem que há homens que demonstram que não gostam de trabalhar com elas; e sobre a forma de preconceitos dos colegas homens que as tratam como inferiores e apresentam resistência em trabalhar com as mesmas.

A PMAL tem sido apresentada nessas discussões como um ambiente de neutralidade em que as diferenças físicas e biológicas não são pensadas (SANTANA, 2018), sendo isso expresso no material de trabalho que é feito para o corpo masculino e as policiais precisam usar e se adaptar a ele (SILVA, 2015; ALVES, 2020). Outro ponto de reflexão é o fato de que as

desigualdades existem, mas de formas sutis. O assédio ocorre de forma velada, assim como existe a concepção de que as policiais não conseguem chegar a postos de comando por falta de capacitação, associando essa competência das mulheres a atividades mais sociais e administrativas (SILVA, 2015; ALVES, 2020).

Trata-se de um ambiente que as mulheres são sempre colocadas à prova para demonstrarem e reafirmarem sua capacidade e competência na execução do seu trabalho, e nisso, a desigualdade limita essas profissionais e interfere de forma incisiva na saúde mental das policiais femininas (SILVA, 2015).

Nesse sentido, o pouco reconhecimento das diferenças de gênero nas instituições, em que as Pfens precisam se adequar a materiais de trabalho que não foram feitos para seu corpo, lidam com preconceitos de gênero quando são colocadas em posição de inferioridade e precisam frequentemente provar sua capacidade frente aos pares de profissão, produz um contexto desigual, que impossibilita que essas profissionais se valham de seu espaço de trabalho, pois estão sempre sob o manto de uma supremacia masculina, na qual elas precisam se encaixar/submeter, assemelhando-se, desse modo, ao problema da submissão exposto por Winnicott:

O autor comenta que quando o indivíduo se relaciona de maneira submissa com o ambiente, vivendo de modo a ajustar-se e adaptar-se a essa realidade, torna-se um modo doentio de viver a vida, se opondo, assim, ao viver saudável e criativo, onde o indivíduo sente que é digno viver a vida, por meio de uma realidade externa que permita que ele utilize sua criatividade para ser e existir no ambiente (WINNICOTT, 1975).

SILENCIAMENTO DOS INDIVÍDUOS E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Devido a uma verticalização proposta pela própria base institucional em que os militares se submetem a uma forte hierarquia (SOARES, 2015; ARAÚJO, 2019), adaptando-se a ela como forma de resposta ao pilar disciplinar, os profissionais atuam reagindo a uma perspectiva de ambiente unilateral, em que a circulação de ideias que contradiga um tipo de ordem ou uma organização do ambiente podem ser enquadradas como transgressões (VERÇOSA, 2021). Com isso, em vista desse apagamento/silenciamento do indivíduo, em que a expressão e comunicação

de insatisfações e contrariedades não são possibilitadas ou ouvidas, essas condições parecem favorecer o adoecimento psíquico.

Percebe-se que os profissionais, diante da impossibilidade da ação espontânea e criativa no ambiente em virtude da forte rigidez organizacional, reagem a esse contexto apresentando sintomas físicos e mentais. Para Winnicott (1975), o gesto criativo indica que a vida vale a pena ser vivida, expressando uma força vital de agir no mundo, sendo um elemento de saúde. Ao contrário disso, existiria um relacionamento de submissão, onde a realidade externa se apresentaria como algo que apenas exige adaptação e ajustamento. A submissão, traz, desse modo, sentimento de inutilidade e que a vida não vale a pena ser vivida, sendo uma maneira de viver no mundo doente, em que o indivíduo apenas reage às invasões do ambiente (WINNICOTT, 1975).

Assim, observa-se que o ambiente da PMAL se revela como um contexto de submissão (VERÇOSA, 2021), afetando o potencial criativo dos profissionais que não se sentem livres para expressão emocional, ficando em um estado de apenas adaptação à disciplina organizacional, desse modo, o sofrimento tende a se comunicar/revelar na forma de sintomas físicos e mentais.

Nesse sentido, as produções acadêmicas também abordam as consequências dessa inobservância às questões relativas à saúde mental dos profissionais, entre as principais decorrências estão: a presença de sofrimento psíquico que envolve apresentação de transtornos mentais e suicídio (NETO, 2018; SOARES, 2015), dispensas médicas e afastamentos (CARVALHO, 2018; BRANDÃO, 2019; VIEIRA, 2017; VITORINO, 2015) onde a segunda maior causa para os afastamentos são de ordem mental, sendo o transtorno mais frequente a ansiedade generalizada (BRANDÃO, 2019), e a modalidade de trabalho que mais possui afastamento é a de trabalho ostensivo (BRANDÃO, 2019). Em Vitorino (2015) os sintomas psicossomáticos são tidos como o principal motivo para as dispensas médicas. Com efeito, os profissionais acabam buscando escapes emocionais refletidos em abuso de poder e uso abusivo de álcool e outras drogas (BRANDÃO, 2019).

Em uma análise sobre os impactos da atividade laboral de militares em um batalhão de polícia do Estado de Alagoas (SILVA, 2016), é demonstrado que muitos policiais consideram que estão exercendo uma atividade desumana, e a relacionam com o fato de se tornarem um ‘robocop’, uma máquina sem emoções afetivas.

A temática do suicídio na PMAL é estudada com ênfase em dois trabalhos. Em Neto (2018) a classe policial é considerada com alto risco de suicídio pela carga de estresse do trabalho e a posse de arma de fogo, com uma alta taxa de suicídios cometidos por policiais alagoanos (16,6 para cada 100.000 habitantes), sendo considerada a profissão que mais comete suicídio. A maioria dos meios utilizados são armas de fogo, medicamentos e enforcamento e os fatores conjugais e de trabalho são os mais estimulantes para a prática do suicídio. Apesar de tudo isso, o tema é pouco abordado nas instituições, demonstrando a baixa importância que é dada ao assunto, pois a despeito da notificação obrigatória dos casos, ocorre grande subnotificação. Em Soares (2015), expõe-se dados muito semelhantes ao estudo de Neto (2018), além disso é apontado que a depressão é o principal transtorno mental apresentado pelos policiais que tentaram o ato suicida.

Em Araújo (2019) é abordado o tema da síndrome de burnout em que esta é conceituada e relacionada a profissão da PM, o autor afirma que os sintomas da síndrome podem ser confundidos com estresse e depressão. Em sua pesquisa voltada à PMAL, os resultados demonstraram que os profissionais desconhecem a síndrome mas apresentam sintomas, nesse sentido, o autor comenta o perigo que esses sintomas apresentam no exercício da profissão. Nas conversas com os PMs houve relatos de profissionais que não possuíam energia para realizar o trabalho, demonstrando esgotamento ocupacional. O autor argumenta, ainda, que todo esse cenário tem a ver com a própria cultura organizacional pautada no tradicionalismo e na rigidez, que repercute em poucos espaços para diálogos e reflexão sobre o próprio trabalho.

Outra forma de sofrimento psíquico focalizada foi o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Em Salomão (2019) o estudo se volta a análise da efetivação do programa de prevenção ao TEPT⁴, identificando as estratégias preventivas das unidades operacionais diante dos incidentes críticos vivenciados pelos profissionais, ainda é apontada a vulnerabilidade dos profissionais da PM em desenvolver o transtorno devido aos riscos comuns à profissão.

Ainda em Salomão (2019), foi observado que os comandantes só encaminham para a assistência quando há mudança de comportamento e impossibilidade do policial em realizar o serviço, entre os motivos para o tardio encaminhamento está a banalização do risco, pois os

⁴ Através da Portaria nº 039/2015-GCG/ASS, a Polícia Militar de Alagoas (PMAL) instituiu o Programa de Prevenção ao TEPT, que possui como objetivo “diminuir a vitimização, os índices de adoecimento e afastamento e riscos a que estão submetidos os policiais militares de Alagoas” (PMAL, 2015, p.2 apud SALOMÃO, 2019).

comandantes alegam que não encaminham os profissionais que vivenciam incidentes críticos porque os mesmos não se mostram abalados⁵. Em Vieira (2018) também é enfatizado os riscos de desenvolvimento do transtorno pelos policiais e o baixo encaminhamento desses profissionais ao CAS⁶ (centro de assistência social) na ocorrência de incidentes críticos, consoante a Santana (2018) que afirma que o programa de prevenção ao TEPT não é efetivado.

ESTIGMA E PREVENÇÃO

Percebe-se que a maioria dos estudos comentam sobre a importância da prevenção diante de tantos fatores de adoecimento e a presença frequente de sofrimento psíquico entre os profissionais. Contudo, também são apresentados motivos para ineficiência da prevenção no ambiente profissional da PM, e especificamente da PMAL, como a ausência de profissionais suficientes para realizar avaliações e atendimentos psicológicos (VIEIRA, 2017), repercutindo em grande fila de espera (BRANDÃO, 2019; SOARES, 2015), sobrecarga do serviço, além da crítica a falta de medidas preventivas e falta de diálogo entre o CAS e às corporações (BRANDÃO, 2019).

Em Carvalho (2018) se comprovou a necessidade de acompanhamento psicológico e avaliação periódica dos policiais que se envolvem em tentativas de suicídios, crimes e afastamentos decorrentes de transtornos mentais e inaptidão mental. Contudo, a avaliação psicológica só acontece no momento de entrada do policial na corporação, após isso o profissional só fará novamente se solicitar voluntariamente ou a mando do comandante ao qual está subordinado (CARVALHO, 2018).

Assim, quanto a assistência psicológica, é apontado que muitos PMs conhecem, mas poucos procuram ou são encaminhados, os motivos são medo da discriminação e preconceito por parte dos colegas (SOARES, 2015; SILVA, 2016; VITORINO, 2015), visto que o tratamento para ansiedade ainda é visto como loucura (SANTANA, 2018), além da dificuldade dos policiais em reconhecer o sofrimento emocional, principalmente aqueles mais antigos que receberam uma formação mais rígida (SOARES, 2015), pois admitir sofrimento psíquico é visto como fraqueza

⁵ O que demonstra que as unidades não vem cumprindo às normas do programa de prevenção com relação a notificação e encaminhamento dos policiais para assistência psicológica preventiva (SALOMÃO, 2019).

⁶ Centro de Assistência Social da PMAL.

(GOMES, 2015), outrossim, os comandantes acham muito extremo encaminhar, só direcionando ao atendimento quando o caso já está grave (NETO, 2018; VITORINO, 2015).

Sendo assim, as discussões afirmam que dificilmente o policial buscará atendimento psicológico, devido a preocupação com a postura dos colegas de profissão (SILVA, 2016), o que dificulta que esses policiais reconheçam seu sofrimento emocional (SOARES, 2015; VITORINO, 2015).

Como afirma Winnicott (1975), as condições psíquicas do indivíduo estão relacionadas com o ambiente, pois só se pensa a partir do mundo e das relações que desenvolvemos nele e com ele, nesse sentido, as relações intersubjetivas são integrantes e constituintes da vida mental. Nota-se, através do exposto acima, que há uma falta de cuidado com o outro nas relações interpessoais no ambiente da PMAL, pois o estado de sofrimento entre os colegas de profissão possui percepções negativas, sendo carregado por estigmas que afetam a procura de ajuda desses profissionais, que deixam de expor suas angústias por medo do julgamento dos pares. Nas palavras de Leitão (2017, p. 55):

O ambiente e o outro tem, assim, uma participação constituinte do que se supõe a vida mental privada. Neste sentido, pode-se afirmar que não existe o indivíduo isoladamente, mas a unidade ambiente-indivíduo. O que emerge como experiência subjetiva e singular se dá no campo interpessoal, emergindo do e no encontro com o outro.

Devido a essa negligência/silenciamento das questões relativas à saúde mental, há uma procura tardia para o tratamento, quando o estado de adoecimento mental já está bem avançado, sendo demonstrado que, em sua maioria, a psicoterapia na PMAL está voltada para o tratamento e não para prevenção (VIEIRA, 2017). Diante disso, muitos estudos propõem diversas estratégias de prevenção para resolução dessa problemática (BRANDÃO, 2019; VITORINO, 2015), como avaliações psicológicas periódicas (CARVALHO, 2018; GOMES, 2015), psicoterapia (VIEIRA, 2017) e grupos terapêuticos de troca de experiências profissionais (GOMES, 2015), campanhas e programas voltados a saúde mental, readaptação dos profissionais afetados mentalmente para serviços administrativos (BRANDÃO, 2019), além de avançar na compreensão dos aspectos ambientais, psicológicos, sociais e físicos que envolvem a qualidade de vida dos policiais militares (ALVES, 2020).

Percebe-se que às propostas de prevenção dão ênfase à produção de uma cultura organizacional de cuidado (BRANDÃO, 2019; VIEIRA, 2017; VITORINO, 2015) e que se

trabalhe diretamente nas causas do sofrimento mental (ALVES, 2020). Nesse sentido, podemos relacionar essas propostas de prevenção como orientações que visam de certo modo amparar/sustentar as demandas de sofrimento que venham a surgir no ambiente profissional, a fim de que se previna possíveis agravos a saúde mental e afastamentos, criando uma atmosfera organizacional de cuidado integral (físico, psicológico e social) e de apoio a esses profissionais.

Podemos considerar essas propostas como promotoras de um *ambiente suficientemente bom* (ARAÚJO, 2007) que acolhe o indivíduo em suas necessidades, favorecendo a manutenção de cuidados, e possibilitando espaços potenciais para que esses indivíduos utilizem sua criatividade. Esses espaços podem representar a terceira área de experimentação proposta por Winnicott (1975) que é um lugar no espaço e no tempo, que permite ao indivíduo reproduzir a satisfação fornecida pela mãe-ambiente (ABRAM, 2000) e ser livre para usufruir sua autenticidade. Essa área é preenchida de forma criativa com experiências brincantes que causam alívio e satisfação.

Assim, esse espaço se constitui como um lugar de possibilidades, lugar de imaginação, de criação e de transformação subjetiva, é justamente nesse espaço que o brincar se localiza e encontra terreno fértil, visto que, no brincar, há a possibilidade de elaboração das angústias e onde a imaginação se encontra livre para criar algo a partir do que se encontra no ambiente/cultura (FAVORITO, 2011).

Para Winnicott (1975) o ambiente precisa dar sustentação para a criatividade, pois há uma tendência natural no indivíduo para a vida, mas ele precisa encontrar condições no ambiente que se adaptam à sua singularidade, de maneira que a sua individualidade possa descobrir espaços favoráveis para existir e transformar o mundo, possibilitando uma continuidade do ser. Nesse sentido, o ambiente não é determinante, ele é condição. Winnicott, considera:

O sujeito da ação criadora e transformadora, constituído como o resultado de seus feitos no mundo, numa relação de parceria, reciprocidade e interdependência, uma vez que ação criativa só se dá na presença e com a participação de outros (CAVALCANTI; SILVA, 2006).

Assim, se as propostas de prevenção elencadas nos trabalhos fossem efetivadas, seria possível que o ambiente organizacional da PMAL não fosse apenas sinônimo de sofrimento psíquico, mas um ambiente potencializador, em que os profissionais se sentissem livres para ser e estar nele, e por meio da possibilidade do gesto criativo pudessem transformar sua realidade.

Contudo, pelos dados demonstrados nessa discussão percebemos que a realidade ainda é muito distante das propostas interventivas/preventivas objetivadas nos estudos aqui comentados, em que a provisão ambiental mostra-se insuficiente para atender às demandas dos profissionais, sendo um ambiente organizacional que sucede falhas, e quando a falha ultrapassa a medida suportável para o estágio de amadurecimento do indivíduo, pode levar a uma interrupção na continuidade do ser (WINNICOTT, 1975), que é expressa pelo alto índice de sofrimento psíquico desses profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos elencados neste estudo constatou-se que as condições apontadas em relação ao sofrimento psíquico desses agentes na PMAL são bastante destacadas, como já mencionado, é relatado sobre um ideário de profissional (GOMES, 2015), em que alguns acreditam que demonstrar sofrimento geraria percepções negativas da sociedade perante sua profissão, e essa concepção acaba gerando estigma, preconceito em procurar ajuda, vergonha de estar em um centro de assistência e receio em ser alvo de brincadeiras jocosas de colegas sobre o assunto (OLIVEIRA, 2019; NETO, 2018). Essas percepções, em que estereótipos negativos da cultura recaem tornam-se vias fáceis para instalação de sofrimento, sofrimento esse que provém de questões micro e macrosociais e que repercutem no desenvolvimento emocional desses envolvidos.

Além disso, o caráter hierárquico da instituição resulta em processos de submissão que geram silenciamento e apagamento dos/as seus/suas agentes favorecendo o sofrimento psíquico, em virtude da dificuldade em comunicar o que se sente. As relações de poder na instituição também parecem estar articuladas com as relações de gênero na cultura, como pontua Silva (2015), a desigualdade de gênero existente desde tempos remotos continua presente em diversos espaços da sociedade, visto que mesmo diante da conquista feminina de inserção em outros espaços sociais e no campo do trabalho, a imagem feminina ainda permanece atrelada a posições inferiores e subalternas.

Nesse ínterim, notou-se o quanto as questões relativas às desigualdades de gênero na corporação são silenciadas/desconsideradas, quando deveriam ser pautas que requerem espaços de discussão para que as Pfens sintam-se confortáveis para ocupar seu ambiente de trabalho, e

suas necessidades singulares sejam atendidas, de modo que elas se sintam iguais em direitos e não apenas em deveres dentro do ambiente profissional.

Todo esse cenário organizacional revela o quanto o tema da saúde mental é negligenciado dentro da corporação, pois verifica-se que há falta de informações sobre saúde mental e o papel da assistência psicológica para desmistificar os preconceitos.

Como aponta Winnicott (2000c, p. 306) citado por Favorito (2011, p.256) “a saúde mental (...) é o produto de um cuidado incessante que possibilita a continuidade do crescimento emocional”. Assim, o viver interpessoal implica processos que se constroem na relação com o outro e que podem ser de reciprocidade e alteridade. Desse modo, o cuidado especializado e interpessoal deve ser considerado como essencial dentro da corporação, sendo os profissionais da saúde mental indispensáveis para informar sobre a importância do cuidado com a saúde mental, a partir da construção de espaços de cuidado e sustentação dos sofrimentos apresentados, desconstruindo, com isso, estigmas e preconceitos sobre a profissão e o sofrimento psíquico.

Esse estudo se limitou a uma pesquisa teórica em que não foi possível realizar uma conversa direta com os profissionais que compõem a instituição focalizada, nesse sentido, propõe-se para estudos futuros métodos que utilizem contato direto com esses/as profissionais, como entrevistas e estudos que visem intervir nesse cenário, implementando novas e/ou as propostas preventivas aqui elencadas.

REFERÊNCIAS:

ABRAM, J. **A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott.** Revinter, 2000.

ALVES, W. M. **A necessidade do estudo sobre estresse no policial militar: uma revisão de literatura.** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p.,2020.

ARAÚJO, A. O. **A síndrome de Burnout na saúde do policial militar.** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2019.

ARAÚJO, C. A. S. **Uma abordagem teórica e clínica do ambiente a partir de Winnicott**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Núcleo de Práticas Clínicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 657-666, 2013.

BRANDÃO, R. M. A. S. **Adoecimento mental na Polícia Militar de Alagoas: uma análise sobre a relação dos transtornos mentais e os índices de afastamento do trabalho**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2019.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 142-150, 2004.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.** [online], 57(5), pp. 611-614, 2004.

CARVALHO, E. S. R. **Proposta de avaliação psicológica periódica para policiais militares da ativa**. Artigo científico. (CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2018.

CAVALCANTI, A. E.; SILVA, M. H. B. A clínica psicanalítica na contemporaneidade: impasses e redescrições. In: ROCHA, Paulina. **Invenções na clínica psicanalítica institucional**. São Paulo: Escuta, 2006. p.(53-63).

ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DE ALAGOAS. Lei Estadual nº 5.346, de 26 de maio de 1992.

FREITAS, S. M. F. C. **A vulnerabilidade ao estresse no trabalho de policiais militares no estado de Alagoas: uma análise comparativa entre o operacional e o administrativo**. Artigo científico. (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, , s. p. 2015.

FAVORITO, M. O. **Mal-estar na escola: tensões entre o singular e o coletivo** / Mario Orlando Favorito; orientador: Carlos Augusto Peixoto Júnior. – 2011. 314 f. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. M. O. **Percepção do policial militar operacional do BOPE acerca do sofrimento psíquico**. Artigo científico. (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, , s. p. 2015.

JESUS, G. M.; JESUS, E. F. A. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 433-448, 2012.

LEITÃO, H. A. L. O ambiente sociocultural e saúde emocional: Perspectiva a partir do pensamento de Winnicott. In: GRANDE, Eduardo. **Lecturas de la memoria: Ciencia, clínica y política**. Buenos Aires, Argentina: AASM, 2015. p. (431-433).

LEITÃO, H. A. L. O self no espaço compartilhado: a subjetividade relacional em Winnicott. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 7, n. 1, p. 48-58, 2017.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOPES, C. S.; RIBEIRO, E. A.; SOUZA, M. A. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses 1. **Opinião Pública**, v. 27, p. 298-322, 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, J. D. B. **O estudo das tentativas de suicídio cometidas por policiais militares e suas consequências**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2018.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, v. 12, n. 25. p. 224 – 250, 2010.

OLIVEIRA, L. L. **Assistência psicológica ao policial militar em ocorrências com a morte de infratores**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2019.

PELEGRINI, A. et al. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2. p. 423 – 430, 2018.

PEREIRA, G. K. et al. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, 2020.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS (RDPMAL). **Decreto 37.042** de 6 de novembro de 1996.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher?. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.

SALOMÃO, A. L. **Prevenção ao transtorno de estresse pós-traumático: análise das estratégias das unidades operacionais diante dos incidentes críticos vivenciados por policiais militares**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2019.

SANTANA, C. R. A. **Ações estratégicas na garantia de qualidade de vida no trabalho da polícia militar de Alagoas: enfoque na Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello.** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2018.

SCHACTAE, A. M.. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). **Tempo**, v. 21, p. 1-21, 2015.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4. p. 161 – 170, 2008.

SILVA, M. S. **O impacto da atividade laboral no desenvolvimento do transtorno do estresse pós-traumático em policiais militares: uma análise no 3º batalhão de polícia do estado de Alagoas.** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2016.

SILVA, R. M. **Os impactos da desigualdade de gênero na polícia militar de alagoas: um estudo sobre as policiais femininas do batalhão de operações policiais especiais (bope).** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2015.

SOARES, L. P. **O fenômeno do suicídio na Polícia Militar de Alagoas.** Artigo científico. (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2015.

SOUZA, M. S. “ANJOS ANÔNIMOS, FEITOS DE TERNURA”*: MULHERES POLICIAIS EM SÃO PAULO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985). **Revista de História (São Paulo)**, 2020.

SPODE. C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, **Erechim**, Brasil, 2004.

TAVARES, J. P. et al. Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1931-1940, 2021.

VERÇOSA, C. D. **Assédio moral no ambiente policial militar sob a ótica de seus integrantes.** Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2021.

VIEIRA, L. B. A. **Psicoterapia: uma estratégia preventiva em saúde mental na Polícia Militar de Alagoas.** Artigo científico. (CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS). Maceió/ AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2017.

VIEIRA, J. S. S. **Efetivação das estratégias de prevenção ao transtorno do estresse pós-traumático na PMAL**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2018.

VILHENA, J. et al. A (Des)Confiança no Ambiente de Trabalho: Um Estudo de Caso à Luz da Teoria Winnicottiana. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 17, n. 3, dez. 2013. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/27698>>. Acesso em: 09 out. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i3.27698>.

VITORINO, B. L. G. **Saúde, mental, física e qualidade de vida no trabalho: ações preventivas no 5º batalhão da Polícia Militar de Alagoas**. Artigo científico. (CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS). Maceió/AL, Academia Militar Senador Arnon de Melo - PMAL, s. p., 2015.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.